

RELATÓRIO ANUAL 2008



RELATÓRIO ANUAL 2008

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Armando de Queiroz Monteiro Neto

Presidente

Paulo Antonio Skaf

1º Vice-Presidente

Robson Braga de Andrade

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Paulo Gilberto Fernandes Tigre

José de Freitas Mascarenhas

Rodrigo Costa da Rocha Loures

Alcantaro Corrêa

José Nasser

Jorge Parente Frota Júnior

Francisco de Assis Benevides Gadelha

Flávio José Cavalcanti de Azevedo

Antônio José de Moraes Souza

Vice-Presidentes

Paulo Afonso Ferreira

1º Secretário

José Carlos Lyra de Andrade

2º Secretário

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º Tesoureiro

Alfredo Fernandes

1º Tesoureiro

Lucas Izoton Vieira

Fernando de Souza Flexa Ribeiro

Jorge Lins Freire

Jorge Machado Mendes

Jorge Wicks Côte Real

Eduardo Prado de Oliveira

Eduardo Machado Silva

João Francisco Salomão

Antônio Rocha da Silva

José Conrado Azevedo Santos

Euzébio André Guareschi

Rivaldo Fernandes Neves

Francisco Renan Oronoz Proença

José Fernando Xavier Faraco

Olavo Machado Júnior

Carlos Antonio de Borges Garcia

Manuel Cesário Filho

Diretores

CONSELHO FISCAL

Sérgio Rogério de Castro

Julio Augusto Miranda Filho

João Oliveira de Albuquerque

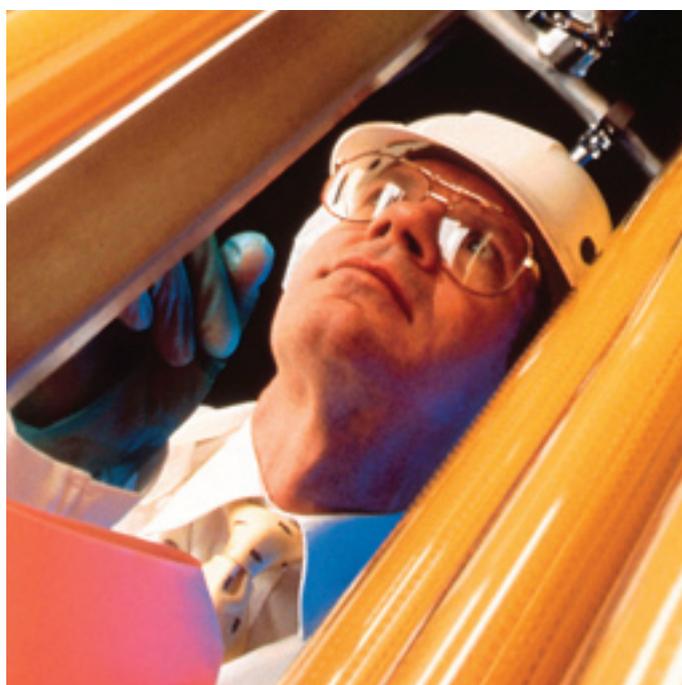
Titulares

Carlos Salustiano de Sousa Coelho

Telma Lúcia de Azevedo Gurgel

Charles Alberto Elias

Suplentes



FICHA CATALOGRÁFICA

C748r

Confederação Nacional da Indústria.

Relatório anual 2008 / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília, 2009.

60 p.:il.

1. Relatório 2. Política industrial 3. Sociedades industriais I. Título.

CDU: 338.45.01

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3317-9001

Fax: (61) 3317-9994

<http://www.cni.org.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.org.br

MENSAGEM DO PRESIDENTE**DESEMPENHO DA ECONOMIA EM 2008****MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA**

Crise internacional atinge a economia brasileira	9
Acompanhamento de execução das metas do Mapa Estratégico da Indústria	13
Agenda para o Brasil superar a crise	17
Tributação	21
Infraestrutura	25
Inovação	29
Relações do trabalho	33
Meio ambiente	37
Comércio exterior	41
Desburocratização	45
Educação	47
Micro e pequenas empresas	49
Ações no Judiciário	51
Associativismo	53
70 anos em defesa da Indústria	57



APRESENTAÇÃO — INDÚSTRIA FORTE

O Brasil reúne condições para superar a crise internacional. O país avançou nas áreas institucional e econômica, construiu uma indústria eficiente e diversificada, domina a tecnologia de produção de combustíveis renováveis e dispõe de recursos naturais abundantes.

Nas últimas décadas, o Brasil fez ajustes importantes que garantiram a estabilidade e melhoraram os fundamentos econômicos. Essas providências aumentaram a confiança dos investidores e lançaram as bases do processo de crescimento, interrompido em 2008 pela crise externa.

O desafio agora é adotar medidas para minimizar os efeitos da recessão mundial e preparar o país para uma nova fase de crescimento. A tarefa é complexa e exige a ação do governo, dos políticos e das instituições representativas da sociedade brasileira.

Ao perceber o agravamento da crise, a CNI colocou o tema em debate no 3º Encontro Nacional da Indústria, no final de outubro de 2008. Os mais de mil líderes empresariais que participaram do evento consolidaram uma agenda emergencial capaz de ajudar o país a enfrentar a escassez de crédito e liquidez. Parte dessas propostas, que incluíam o aumento do prazo de pagamento dos impostos e a revisão das linhas de financiamento das exportações, foi acolhida pelo governo.

A indústria também alertou sobre a necessidade de se retomar a agenda estrutural para fortalecer a economia e preparar o país para uma nova fase de crescimento. A prioridade da agenda de longo prazo é a aprovação de uma reforma tributária que simplifique o sistema de arrecadação de impostos e desonere os investimentos e as exportações. A agenda das reformas inclui uma nova revisão do regime de aposentadorias e pensões da Previdência Social, da legislação trabalhista e do sistema político.

Especialmente neste momento de crise, é necessária a adoção de uma política fiscal de melhor qualidade dos gastos públicos para aliviar o aperto monetário e liberar recursos para investimentos. É preciso também ter pressa com a adoção de medidas que melhorem o ambiente de negócios para as empresas. Isso exige a definição de marcos regulatórios, a delimitação dos poderes e do papel das agências reguladoras e incentivos à inovação nas empresas e para as exportações.

Essas propostas estão consolidadas no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, que traduz a visão de futuro dos empresários. Além da contribuição ao debate sobre os rumos que o país deve seguir, os industriais se empenham para preparar as empresas, buscando tecnologias que promovam a inovação e favoreçam a criatividade e o conhecimento.

O Brasil e os industriais tiveram dinamismo e energia para superar outras turbulências e construir a décima economia do mundo. A CNI tem a convicção de que tal experiência ajudará o país a superar esta crise e a construir as condições para a retomada do caminho do crescimento.

Armando de Queiroz Monteiro Neto

Presidente da CNI e Diretor do Conselho Superior do IEL



CRISE INTERNACIONAL
ATINGE A ECONOMIA
BRASILEIRA

RETRAÇÃO NO ÚLTIMO TRIMESTRE NÃO IMPEDIU DESEMPENHO POSITIVO NO ANO

O ano de 2008 foi caracterizado por dois períodos distintos com relação ao desempenho da economia: nos três trimestres iniciais do ano intensificou-se o ritmo de crescimento, reflexo da tendência que o país apresentava desde 2003. Assim, os três primeiros resultados do Produto Interno Bruto (PIB) apontaram para uma expansão total de 6,4%, em comparação com o mesmo período em 2007. Esses resultados em nada refletiam a crise mundial instaurada.

O segundo período, caracterizado pelo último trimestre de 2008, aponta para a reversão do crescimento, sendo este o ponto em que a crise realmente demonstrou todo seu impacto na economia brasileira. Neste trimestre, o PIB recuou 3,6% com relação ao trimestre anterior, primeira retração desde o terceiro trimestre de 2005. Apesar disso, o crescimento do ano foi de 5,1%, na comparação com 2007, em consonância com os resultados apresentados nos anos anteriores, e superior ao crescimento mundial de 3,8%.

Indústria é o Setor Mais Afetado

A queda no PIB no último trimestre do ano foi influenciada, principalmente, pela indústria – o PIB industrial recuou 7,2%. A retração no crédito e a forte queda na demanda internacional por produtos brasileiros resultaram em aumento considerável nos estoques e redução na produção. Exemplo disso é o indicador de utilização da capacidade instalada da CNI, que apontou para uma queda de 4 pontos percentuais na utilização da capacidade instalada em dezembro de 2008, referente ao mesmo mês de 2007.

Do lado do consumidor, a expectativa de agravamento futuro, com provável aumento nas demissões, gerou uma queda na demanda, principalmente pelos bens duráveis, contribuindo ainda mais para o cenário desfavorável da indústria. A retração na produção industrial apresentou

uma retração de 13,84% em dezembro de 2008, referente a dezembro de 2007.

Apesar disso, o emprego não foi afetado em 2008. O ano fechou com uma taxa de desemprego de 6,8%, sendo 0,6 ponto percentual menor que dezembro de 2007, atingindo a menor taxa histórica, e a geração líquida de quase 1,5 milhão de empregos. Apesar disso, esse número foi 10,2% inferior ao observado em 2007. Essa piora se deu em função de uma retração no emprego nos dois últimos meses do ano, próximo a 700 mil postos. Com relação à indústria de transformação, a redução na geração de empregos foi de 54,7%, em comparação com 2007, em consonância com a queda na produção industrial.

Crescimento Pressiona a Inflação

Os dois períodos caracterizados de 2008 (crescimento até o terceiro trimestre e queda no quarto) geraram descompasso na oferta e demanda interna brasileira. Nos primeiros trimestres, o crescimento forte da demanda manteve a inflação sob pressão. Em função dessa pressão, a política monetária foi restritiva no ano, com aumento nos juros de forma a conter a demanda. A

taxa Selic aumentou 2,5 pontos percentuais entre abril e setembro, terminando o ano no patamar de 13,75% ao ano. A forte queda na demanda no último trimestre reverteu tal tendência e a inflação encerrou o ano dentro do limite superior da meta de 6,5%, com o IPCA acumulando alta de 5,9% no ano.

Resultado Primário Superior a Meta

O superávit primário do setor público em 2008 atingiu 4,1% do PIB, representando um aumento em 0,2 ponto percentual comparativamente com o resultado de dezembro de 2007. Tal aumento se deveu principalmente pelo crescimento da arrecadação (em função da expansão da produção nos três primeiros trimestres), maior do que o crescimento nos gastos.

Apesar disso, o superávit chegou a ser maior durante o ano, apresentando 4,6% do PIB em setembro. A inflexão apresentada nos meses finais é justificada pela queda na arrecadação (mais uma vez, em função da retração da produção) e pelo aumento nas despesas em função de medidas de combate à crise.

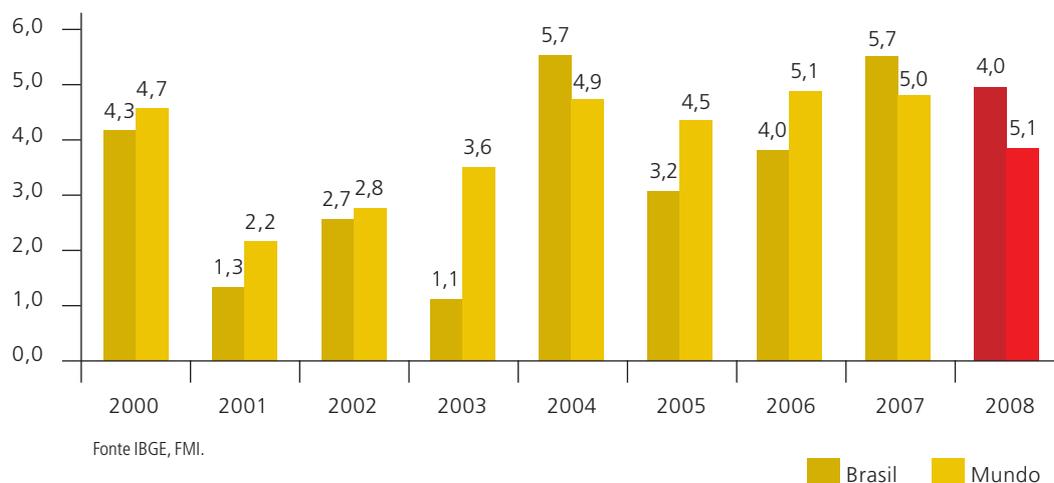
Redução das Exportações

A forte retração da demanda externa por produtos brasileiros também começou a surtir efeito nas vendas externas do Brasil. As exportações em 2008 foram 2,5% inferiores ao ano anterior. Este resultado se deu em função de uma forte retração nas exportações no primeiro e quarto trimestre de 2008 (5,7% e 8,7%, respectivamente), em comparação com os mesmos trimestres de 2007. Apesar do resultado positivo nos outros dois trimestres, estes não foram suficientes para compensar as perdas no início e fim do ano. As importações apresentaram expansão de 17,7% no ano, mesmo com a retração de 11,9% no último trimestre, comparado ao trimestre anterior. Assim, o

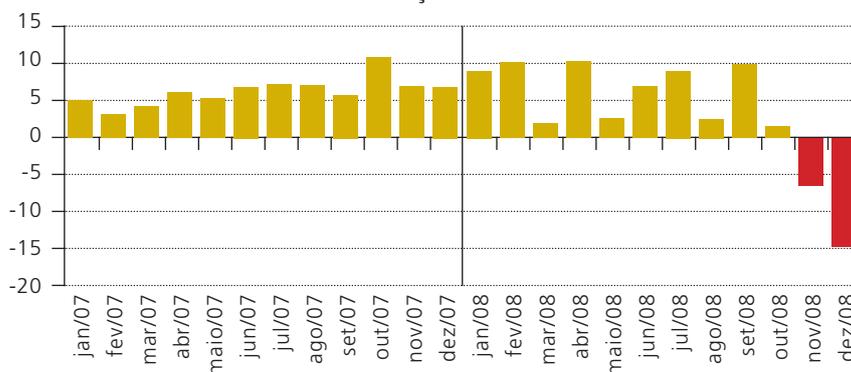
superávit comercial foi reduzida em 38,2% em 2008, contribuindo ainda mais para a queda no PIB.

Em resumo, pode-se dizer que o ano de 2008 foi extremamente atípico para a economia e a indústria brasileira. O crescimento apresentado nos últimos anos se sustentou até o segundo semestre, a despeito das dificuldades externas já instaladas no cenário mundial. Quando o efeito da crise econômica global foi sentido, o impacto sobre a produção foi expressivo. O cenário para 2009 não é favorável e a economia pode vir a não crescer. A indústria será a mais atingida, com provável retração.

Evolução anual do Produto Interno Bruto (%)



Produção Industrial*



*Variação percentual frente ao mesmo mês do ano anterior.



ACOMPANHAMENTO DE
EXECUÇÃO DAS METAS
DO MAPA ESTRATÉGICO
DA INDÚSTRIA

O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, elaborado pelo Fórum Nacional de Indústria, aponta objetivos, metas e programas capazes de promover o crescimento sustentado do Brasil.

O documento, que começou a ser feito em 2004, envolveu cerca de 300 representantes de 60 entidades empresariais. Apresentado à sociedade em 2005, o Mapa

foi construído com base no modelo de gestão *Balanced Scorecard*, da Harvard University, nos Estados Unidos.

A CNI acompanha periodicamente o desempenho dos indicadores do Mapa. A avaliação revela os avanços e eventuais retrocessos do país no caminho do crescimento sustentado.

ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DAS METAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA

Indicadores	Dados mais recentes	Fontes	Meta para até 2007	Meta para 2020	Situação em fevereiro de 2009
Crescimento do PIB	4,0% (2006) 5,7% (2007) 5,1% (2008)	Contas Nacionais do IBGE	Crescer 5,5% no ano	Crescer a uma taxa média de 5,5% ao ano	Convergindo para a meta
Crescimento do PIB Industrial	2,3% (2006) 4,7% (2007) 4,3% (2008)	Contas Nacionais do IBGE	Crescer 7% no ano	Crescer a uma taxa média de 7% ao ano	Distante da meta
Produtividade da indústria	2,6% (2006) 2,3% (2007) -1,6% (2008)	Pesquisas do IBGE e da CNI	Crescer 4% no ano	Crescer 6% ao ano	Distante da meta
Taxa de desemprego	8,4% (2006) 8,2% (2007) 7,9% (2008)	PNAD IBGE	9%	7%	Atingiu a meta de 2007
Exportações de bens e serviços	14,4% do PIB (2006) 13,7% do PIB (2007) 14,3% do PIB (2008)	Contas Nacionais do IBGE	22% do PIB	25% do PIB	Distanciando da meta
Crédito	30,2% do PIB (2006) 34,2% do PIB (2007) 41,3% do PIB (2008)	Banco Central	Alcançar 40% do PIB até 2010		Atingiu a meta
Spread bancário	34,8% (2006) 28,4% (2007) 40,0% (2008)	Banco Central	Alcançar 20% até 2010		Distante da meta
Taxa real de juros (Selic)	10,7% (2006) 8,2% (2007) 6,5% (2008)	Banco Central	Alcançar 6% ao ano até 2010		Distante da meta
Carga tributária	33,5% do PIB (2006) 34,8% do PIB (2007) 35,7% do PIB (2008)	Receita Federal	33%	30%	Distanciando da meta
Oferta de energia	2,3% (2005) 3,4% (2006) 5,4% (2007)	Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	Crescimento médio de 7% ao ano até 2010		Distante da meta
Investimento em infraestrutura de transportes	0,19% (2006) 0,22% (2007) 0,21% (2008 – Estimativa CNI)	Ministério dos Transportes	0,45% do PIB	0,50% do PIB	Distante da meta

ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DAS METAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA

Indicadores	Dados mais recentes	Fontes	Meta para até 2007	Meta para 2020	Situação em fevereiro de 2009
Investimento privado em inovação	0,49% do PIB (2005) 0,51% do PIB (2006) 0,52% do PIB (2007 – Dado preliminar do MCT)	Ministério de Ciência e Tecnologia	0,6% do PIB	0,8% do PIB	Convergindo para a meta
Domicílios com acesso à internet	13,7% (2005) 16,9% (2006) 20,2% (2007)	PNAD do IBGE	18%	25%	Atingiu a meta
Domicílios atendidos por rede coletora de esgoto	48,2% (2005) 48,5% (2006) 51,3% (2007)	PNAD do IBGE	52%	60%	Convergindo para a meta
PISA – Avaliação dos alunos da educação básica	Notas 368 (2001) 383 (2003) 390 (2006)	OCDE	Alcançar nota 486 até 2015		Distante da meta
Renda <i>per capita</i> (PPP)	9.548 PPP (2005) 10.073 PPP (2006) 10.636 PPP (2007 – Projeção FMI)	FMI	Alcançar 12 mil PPP até 2015		Convergindo para a meta
Índice GINI	0,532 (2005) 0,528 (2006) 0,521 (2007)	PNAD do IBGE	0,540	0,520	Atingiu a meta
IDH	0,792 (2004) 0,802 (2005) 0,807 (2006)	PNUD	0,80	0,83	Atingiu a meta



AGENDA PARA O BRASIL
SUPERAR A CRISE

REPRESENTANTES DA INDÚSTRIA QUE PARTICIPARAM DO 3º ENAI SUGERIRAM MEDIDAS EMERGENCIAIS E ESTRUTURANTES PARA FORTALECER A ECONOMIA

A crise financeira e o impacto da recessão mundial sobre a produção e o emprego pautaram os debates do 3º Encontro Nacional da Indústria (ENAI). Durante o evento, realizado pela CNI em 28 e 29 de outubro de 2008, em Brasília, mais de mil líderes sindicais da indústria, presidentes de federações e associações nacionais setoriais discutiram com ministros de Estado, deputados, senadores e economistas as medidas necessárias para fortalecer a economia brasileira.

As propostas foram sintetizadas na Carta da Indústria. No documento, os industriais destacaram a necessidade de o país adotar, imediatamente, cinco medidas emergenciais para as empresas enfrentarem a falta de liquidez e a escassez de crédito, como a ampliação do prazo de pagamentos de tributos e a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Parte dessas sugestões foi acolhida pelo governo.

Na Carta da Indústria, os empresários alertaram que a superação das turbulências externas e a retomada do crescimento econômico dependem de avanços na agenda de longo prazo, cuja prioridade é uma reforma tributária que simplifique o sistema de cobrança de impostos e desonere as exportações e os investimentos. A retomada da agenda de longo prazo fortalecerá a economia, melhorará a competitividade das empresas brasileiras e preparará o país para o período pós-crise.

Os participantes do 3º ENAI também consolidaram o documento Recomendações e Propostas, com diagnósticos e sugestões do setor produtivo em áreas decisivas para estimular a produção, como inserção internacional da economia, infraestrutura, inovação, legislação trabalhista e meio ambiente. Tais medidas e as reformas estruturantes propostas se baseiam nos indicadores e metas do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.

MEDIDAS DO GOVERNO INCLUEM SUGESTÕES DA CNI

No auge da crise financeira internacional, o governo brasileiro adotou um conjunto de medidas para melhorar a liquidez do mercado e ajudar as empresas a atravessar o momento crítico de escassez de crédito. Muitas ações do governo incorporaram sugestões da CNI.

É o caso da Medida Provisória 447, publicada em 17 de novembro de 2008, que ampliou os prazos de recolhimento do PIS/PASEP, da Cofins, do Imposto de Renda Retido na Fonte e da Contribuição Previdenciária. Governadores de alguns estados, como o de São Paulo, também aumentaram os prazos de pagamento dos tributos.

A redução dos compulsórios dos bancos, o aumento do volume de recursos, a criação de linhas especiais de crédito para capital de giro nas instituições financeiras estatais e a ampliação do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), anunciados pelo governo, também incorporaram sugestões da indústria.

AS PROPOSTAS DA CARTA DA INDÚSTRIA

Agenda emergencial

Sugestões para o Brasil enfrentar a escassez de crédito e as turbulências externas causadas pela crise financeira internacional:

- Ampliar (em caráter excepcional) o prazo de recolhimento dos tributos. Isso reduziria as necessidades imediatas de capital de giro das empresas, sem representar perda de arrecadação para o governo.
- Agilizar a compensação de créditos tributários federais no pagamento de contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), permitindo a utilização dos créditos por declaração das empresas. Atualmente o recolhimento de contribuições ao INSS com créditos dos demais tributos federais só é permitido quando a empresa recebe notificação de ofício da Receita Federal.
- Reduzir as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito, para evitar uma maior retração no volume de financiamentos.
- Disciplinar a utilização dos recursos das reservas internacionais do Banco Central para assegurar o acesso das empresas às linhas de financiamento às exportações.
- Adequar os instrumentos oficiais de financiamento para exportação às necessidades das empresas, com a ampliação dos recursos destinados às linhas oficiais, a redução dos custos, a simplificação e a maior divulgação das linhas disponíveis.

Agenda estruturante

Ações necessárias para fortalecer a economia e estimular a retomada do crescimento pós-crise:

- Aprovar uma reforma tributária que simplifique o sistema de arrecadação de impostos e desonere os investimentos e as exportações.
- Reduzir os gastos correntes do governo e privilegiar os investimentos públicos na área de infraestrutura.
- Reduzir encargos e a insegurança jurídica nos contratos de trabalho.
- Melhorar a logística e avançar no aperfeiçoamento de marcos regulatórios da infraestrutura, como a aprovação da Lei do Gás e de regras de modernização das administrações portuárias.
- Promover a agenda da produtividade e da inovação.
- Aperfeiçoar o marco regulatório de meio ambiente, de forma a propiciar condições adequadas aos investimentos.



TRIBUTAÇÃO

A REFORMA TRIBUTÁRIA É DECISIVA PARA GARANTIR A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS E FORTALECER A ECONOMIA

A reforma tributária é requisito fundamental para fortalecer a economia, adequar o sistema de arrecadação de impostos brasileiro aos padrões internacionais e preparar o país para a retomada do crescimento. A complexidade e as disfunções das regras em vigor comprometem a capacidade de expansão das empresas, incentivam a informalidade e desestimulam as exportações e os investimentos.

Ao longo de 2008, a CNI e os Conselhos Temáticos de Política Econômica e de Assuntos Legislativos reforçaram a atuação pela elaboração e aprovação de uma reforma que promova a competitividade das empresas e garanta o crescimento sustentado. O diálogo da indústria com o governo, em torno de um texto que atendesse às necessidades dos diversos segmentos da sociedade, foi orientado por estudos técnicos e discussões regionais e nacionais.

Conhecida a proposta de emenda à Constituição elaborada pelo governo, a CNI inaugurou um ciclo de reuniões e *workshops* com empresários para ampliar o debate sobre o tema, buscar sugestões e participar do processo de aperfeiçoamento da proposta no Congresso Nacional. Além disso, o Fórum Nacional da Indústria, órgão consultivo da diretoria da CNI, realizou reuniões para discutir o projeto com o relator da proposta, deputado Sandro Mabel (PL-GO), e com o presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária, Antonio Palocci (PT-SP). O Fórum também criou um grupo de trabalho para acompanhar o andamento da reforma no Legislativo.

Em novembro de 2008, diante das dificuldades para aprovação do substitutivo à proposta de emenda à Constituição na Câmara dos Deputados, a indústria organizou uma cartilha em que mostrou a importância da reforma tributária para o país e pediu a imediata votação do texto. No apelo pela aprovação da reforma, a CNI reafirmou que a proposta em tramitação no Congresso contém avanços importantes, mas precisa de aperfeiçoamentos. Entre os avanços estão a desoneração das exportações, dos investimentos e da folha de salários, a simplificação do sistema e a unificação da legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Os pontos que precisam ser aperfeiçoados incluem o estabelecimento de maior agilidade aos mecanismos de utilização dos créditos tributários, a não permissão da sistemática da chamada cobrança por dentro e a definição de uma regra que impeça o aumento e a criação de tributos.

Em outra frente de mobilização, a CNI realizou, em 19 de novembro, o seminário Reforma Tributária e Competitividade. Durante o evento, que teve o apoio da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), da Associação Nacional de Jornais (ANJ) e da Associação Nacional de Editores de Revista (Aner), os empresários lançaram um manifesto de apoio à imediata aprovação do texto.

Contra o Aumento da Carga Tributária

A CNI, em parceria com outras instituições representativas do setor produtivo, manifestou-se contra o projeto de lei que cria a Contribuição Social para a Saúde (CSS). A regulamentação da Emenda à Constituição 29, que cria a CSS, foi proposta para substituir a extinta Contribuição Provisória sobre

Movimentação Financeira (CPMF). De acordo com o manifesto empresarial, a solução dos problemas da saúde pública brasileira depende de melhorias na gestão e da definição de prioridades orçamentárias. O projeto está parado no Congresso Nacional.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Avaliação da CNI sobre a proposta de emenda à Constituição em tramitação no Congresso Nacional

Os pontos positivos

- Desonera os investimentos
- Desonera as exportações
- Desonera a folha de salários
- Simplifica o sistema tributário
- Acaba com a cumulatividade de tributos
- Oferece maior segurança aos contribuintes

As mudanças necessárias

- Criar garantias para compensação e uso dos créditos tributários
- Acelerar o cronograma da desoneração dos investimentos
- Estabelecer regras para compensação do ICMS acumulado nas exportações
- Aperfeiçoar os dispositivos que impedem a criação e o aumento de impostos
- Impedir a cobrança do chamado imposto por dentro
- Conferir maior segurança aos contribuintes, preservando os princípios de anterioridade e noventena e impedindo o uso de medidas provisórias em questões tributárias
- Incluir na Constituição Federal o princípio da não cumulatividade
- Incluir o Imposto sobre Serviços (ISS) na sistemática do IVA-Federal
- Adequar o prazo de recolhimento dos tributos à realidade da economia, de forma que as empresas passem a pagar o imposto depois de receber o valor da venda do produto
- Antecipar a desoneração da folha de pagamento e a sistemática de cobrança do ICMS na origem

CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Com objetivo de ampliar sua participação no processo de articulação política e de convencimento sobre a necessidade de modernização institucional do país, a CNI realizou, em 18 de novembro de 2008, o seminário Desenvolvimento e Constituição. Participaram dos debates o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Justiça, Tarso Genro, o cientista político Fernando Limongi, o economista Armando Castelar, o advogado constitucionalista Carlos Velloso e o presidente da CNI, Armando Monteiro Neto.

Além do balanço dos 20 anos da Constituição, o evento identificou os desafios do país para buscar, a partir da ordem constitucional, o crescimento sustentável. A reflexão prosseguirá com um ciclo de debates, marcado para 2009. Os industriais têm a convicção de que o diálogo e as alianças entre os atores sociais e políticos promoverão reformas capazes de aperfeiçoar o arcabouço legal e de conduzir o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento.



Agenda Legislativa da Indústria

A *Agenda Legislativa da Indústria* revela, de forma transparente, a posição da indústria sobre as proposições em tramitação no Congresso Nacional que têm impacto sobre a economia e o desempenho das empresas. A publicação anual, editada desde 1996, reafirma a liderança da CNI na defesa dos interesses do setor industrial. A Agenda Legislativa de 2008 apresentou o posicionamento da indústria sobre 110 proposições legislativas e destacou 15 projetos, que constituem a pauta mínima da indústria. Tais projetos têm o acompanhamento prioritário da CNI. A pauta mínima da indústria em 2008 priorizou, entre outros pontos, o acompanhamento e a sugestão de aperfeiçoamento à reforma tributária, à Lei do Gás, à regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e ao projeto que trata da autonomia das agências reguladoras.

Dos 4.193 projetos colocados em pauta na Câmara e no Senado em 2008, a equipe da CNI, com o respaldo do Conselho Temático de Assuntos Legislativos, acompanhou diretamente 803. Também realizou 510 ações junto aos parlamentares da Câmara e do Senado, sugerindo 72 emendas, 27 pareceres e 87 pedidos de vista às proposições em andamento.

Representação no Poder Executivo

A CNI também atua junto ao Poder Executivo no processo de formulação de posicionamentos e de defesa de interesse. O trabalho é reforçado pela ação dos representantes da indústria em grupos de trabalho,

conselhos, comitês e outros fóruns criados pelo governo que discutem temas com impacto na atividade produtiva. A CNI tem cerca de 400 representantes em mais de 200 instâncias de representação.



INFRAESTRUTURA

CRESCIMENTO ECONÔMICO TAMBÉM DEPENDE DE INVESTIMENTOS NO SETOR DE TRANSPORTES, NA PRODUÇÃO E NO USO RACIONAL DE ENERGIA

A definição de regras claras e de sistemas de administração eficientes nas áreas de transportes, energia e saneamento é imprescindível para a modernização e a ampliação da infraestrutura. Por isso, a CNI e o Conselho Temático de Infraestrutura reafirmaram, em 2008, a necessidade de o país estabelecer marcos regulatórios claros, que deem segurança e atraiam os investidores privados.

A lei que estabelece o marco regulatório do gás natural, aprovada pelo Congresso Nacional no final de 2008, incorpora propostas resultantes do diálogo entre representantes da CNI, do governo e do Congresso Nacional. A nova legislação inclui os conceitos de consumidor livre, autoprodutor e autoimportador. Também mantém o regime de consumo e exploração de gasodutos em refinarias de petróleo e unidades de produção de fertilizantes. A Lei do Gás fixa diretrizes e organiza o mercado.

Na avaliação da indústria, a aprovação de normas próprias para o setor, com definições sobre mercados e os diversos usos do combustível, dá segurança aos investidores e ajuda a acelerar projetos de exploração de gás, reduzindo a dependência externa do país.

Em 2009, a CNI pretende participar da elaboração do decreto regulamentador da Lei do Gás, bem como das discussões sobre a fixação do regime de preços para o produto, cuja atribuição deve passar da Petrobras para a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Ao longo de 2008, a CNI também investiu em iniciativas voltadas ao uso racional da energia nas empresas. As ações nessa área são desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e envolvem treinamentos, serviços de consultoria e diagnósticos energéticos. Em parceria com a Eletrobrás e o Instituto Euvaldo Lodi, a CNI desenvolve pesquisas e projetos

setoriais de eficiência energética e contribui para que novas políticas públicas incentivem ações de racionalização do uso de energia nas empresas.

A indústria entende que o cenário atual exige a ampliação do uso do potencial hidrelétrico nacional e a diversificação da matriz energética. As fontes renováveis de energia, além de contribuírem para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, oferecem vantagens que se refletem em externalidades positivas para o país, como maior segurança no abastecimento de energia, geração de emprego e renda, fomento à pesquisa científica e tecnológica, contribuição para universalizar o fornecimento de energia. O aproveitamento dessas fontes deve considerar as vantagens comparativas e as especificidades do país, priorizando a competitividade dos produtos brasileiros e a não oneração das tarifas.

Nesse contexto, em 2008, a CNI participou do processo de aperfeiçoamento da resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que trata dos procedimentos gerais para outorga de pequenas centrais hidrelétricas. Representantes da indústria debateram e formularam propostas sobre o futuro marco regulatório de incentivo às fontes alternativas, em particular à energia eólica.

Na área de transportes, a CNI se empenha para sensibilizar o Congresso Nacional, o Governo Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a necessidade de aumentar a eficiência na gestão federal do setor de transportes. O objetivo é desenvolver uma cultura de planejamento de longo prazo e de trabalho coordenado para evitar superposições de funções dos diversos órgãos. Um passo importante nessa direção será a modernização das administrações portuárias públicas e a reestruturação das administrações hidroviárias. A CNI também defende a participação de um representante dos usuários no Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT).

Portos e Aeroportos

Os altos custos portuários e a burocracia alfandegária estão entre as principais dificuldades das empresas brasileiras para aumentar as exportações. A informação é da pesquisa "Os Problemas da Empresa Exportadora Brasileira 2008", realizada pela CNI. No Brasil, 98% das empresas enfrentam algum obstáculo para expandir as vendas no mercado internacional.

Um dos entraves são os custos portuários e aeroportuários. Entre as empresas que usam portos para escoar seus produtos, 47,2% são atingidas. No grupo das que exportam via aeroportos, o índice é de 18,8%. O terceiro maior obstáculo às exportações brasileiras é a burocracia alfandegária, que atinge principalmente as micros e pequenas empresas. A pesquisa da CNI foi realizada com 855 empresas exportadoras de diferentes portos.



Energia Alternativa

O Brasil tem 16 plantas eólicas, com capacidade instalada para geração de 247 megawatts, muito abaixo do potencial do país, que está estimado em 143 gigawatts. Os dados estão no estudo *Energia eólica: panorama mundial e perspectivas no Brasil*, publicado em 2008 pela CNI. O estudo oferece subsídios ao debate em torno de alternativas energéticas para o Brasil. A indústria entende que a seleção dos investimentos em energia deve considerar as especificidades e as vantagens comparativas do Brasil em relação aos demais países. Seguindo a experiência internacional, a geração eólica pode ser uma alternativa viável para diversificar a matriz brasileira.



INOVAÇÃO

MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL LANÇADA PELA CNI PRETENDE FAZER DO EMPRESÁRIO O PROTAGONISTA PRIVADO NA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A indústria lidera a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), uma iniciativa da CNI que visa sensibilizar empresários e executivos das empresas para o desafio de construir uma agenda positiva para a inovação no Brasil. Lançada em outubro de 2008, durante o 3º Encontro Nacional da Indústria, a mobilização busca, entre outros objetivos, fazer da inovação um tema prioritário para a direção das empresas brasileiras e organizar as sugestões e propostas do setor produtivo à agenda para o desenvolvimento tecnológico do país.

Além do lançamento da Mobilização, a CNI organizou, ao longo de 2008, cinco seminários para discutir com representantes de empresas, universidades e institutos de pesquisa os riscos jurídicos envolvidos na tomada de recursos públicos disponíveis para apoiar a inovação nas empresas.

Na avaliação da CNI, o Brasil precisa dobrar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento até 2010. Para alcançar essa meta, além do esforço do setor privado, o país deve aperfeiçoar os mecanismos oficiais de estímulo à inovação e rever periodicamente o papel das instituições e os instrumentos de política de inovação. Com o apoio do Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico, a CNI avalia medidas, propõe políticas públicas voltadas ao desenvolvimento tecnológico e estimula a aproximação das empresas com os centros de conhecimento.

Tais ações garantiram a inclusão de sugestões da indústria na nova fase da política industrial, anunciada em maio pelo governo. A Política de Desenvolvimento Produtivo reconhece o papel central da indústria para o crescimento do país e define a política industrial como estratégia de desenvolvimento. Por isso, o programa contém elementos importantes para a competitividade da indústria. Entre as sugestões da CNI que foram acolhidas na política industrial estão: a desoneração dos investimentos e das exportações, a redução dos custos dos financiamentos e os incentivos à inovação.

Mas a Política de Desenvolvimento Produtivo precisa avançar na área de incentivo à inovação. Ao manter o instrumento central de incentivos fiscais da Lei do Bem e os mecanismos de crédito e subvenção, a nova política limita o acesso das empresas aos benefícios previstos para os investimentos em inovação. O país também precisa aperfeiçoar a articulação e a coordenação entre os diversos órgãos do governo que tratam do desenvolvimento tecnológico. A implantação da política industrial dependerá da definição clara do papel de cada instituição e do fim da superposição de agendas e instrumentos de apoio à expansão da indústria.

Como objetivo de estimular os investimentos em inovação e *design*, a CNI também premia anualmente as iniciativas da indústria que aumentam a competitividade brasileira e promovem o desenvolvimento sustentável. O Prêmio CNI é dividido nas categorias inovação e produtividade, desenvolvimento sustentável e *design*.



Conhecimento e Inovação para a Competitividade

O estudo do Banco Mundial, editado pela CNI, aponta os obstáculos ao desenvolvimento tecnológico das empresas e mostra os caminhos para o país vencer os desafios da era do conhecimento. O livro, lançado em 10 de setembro, estabelece comparações entre a economia brasileira e seus principais concorrentes, como China e Índia, e aponta os desafios que o país precisa vencer para entrar na era do conhecimento. "Se as tendências atuais forem mantidas, o Brasil continuará a ser essencialmente um fornecedor de *commodities* nos mercados mundiais e um exportador de produtos manufaturados para o Mercosul e outros países latino-americanos", afirma o estudo.

MOBILIZAÇÃO EMPRESARIAL PELA INOVAÇÃO

Metas

- Fazer da inovação um tema prioritário da alta direção das empresas brasileiras
- Aumentar o protagonismo dos líderes empresariais na agenda de inovação
- Organizar as contribuições das empresas, com relação à agenda de inovação, de forma a constituir um importante apoio privado à Iniciativa Nacional pela Inovação
- Reproduzir na agenda de inovação o êxito de mobilização alcançado na década de 1990 com a agenda da qualidade (quando se instituiu o PBQP)
- Aprimorar as políticas públicas de apoio à inovação, de forma a focalizá-las nas reais necessidades da indústria e introduzi-las como parte central da política de combate à crise econômica

Etapas

- Levantamento das iniciativas de mobilização pela inovação em outros países
- Formação de redes de parceiros, a partir de encontros com líderes empresariais, associações setoriais, federações de indústria e representantes de entidades públicas e privadas voltadas à inovação
- Organização e realização do 3º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, que ocorrerá em 19 de agosto de 2009

COMBATE À PIRATARIA

Um dos entraves aos investimentos em inovação é a pirataria. A CNI participa da ação de defesa de interesses da indústria no combate a esse crime e na defesa da propriedade industrial e intelectual. Para identificar atividades de enfrentamento ao problema, a indústria realizou dois *workshops*, um em maio e outro em agosto. Nos encontros, os participantes também discutiram e construíram consensos em torno das propostas e da atuação do setor privado no Conselho Nacional de Combate à Pirataria.

Em uma ação para conscientizar a população sobre os prejuízos à sociedade, uma edição da revista educativa infantil *SESINHO* teve como tema o combate à pirataria. A revista, com tiragem extraordinária de 1 milhão de exemplares, foi distribuída durante as atividades da Ação Global, o grande mutirão da cidadania promovido pelo SESI e TV Globo, em 17 de maio, em todo o país.

Além disso, a CNI apoiou a elaboração da cartilha *Adu e Ana – Encarando a pirataria e o contrabando*, do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP). Com tiragem de 1,8 milhão de exemplares, a cartilha é ferramenta de apoio a educadores nas atividades de conscientização voltadas a crianças de 7 a 12 anos de idade.

Em 2009, a CNI desenvolverá ações educativas e de mobilização contra a pirataria em parceria com as federações de indústria.



RELAÇÕES DO TRABALHO

REDUÇÃO DA JORNADA E RESTRIÇÕES À DISPENSA DE EMPREGADOS TIRAM A COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS E PREJUDICAM OS TRABALHADORES. CRIAÇÃO DE VAGAS DEPENDE DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

A preparação da economia para o período pós-crise também exige a modernização da legislação trabalhista. Na avaliação da CNI, a lei atual, uma das mais rígidas do mundo, desestimula a criação de empregos e tampouco protege o trabalhador. A reforma deve privilegiar a livre negociação entre empregadores e empregados e reduzir os custos das contratações.

A reforma trabalhista está entre as prioridades da agenda estruturante proposta pela indústria. Como não houve avanços nesse sentido, as ações da CNI e do Conselho Temático de Relações do Trabalho em 2008 buscaram o aperfeiçoamento da legislação em vigor. Também ajudaram a evitar a adoção de medidas que trariam insegurança às empresas e ameaçariam a criação de empregos, como foi o caso da ratificação pelo Brasil da Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No início do ano, assim que a proposta de ratificação da Convenção, que impõe restrições à demissão dos empregados, foi encaminhada pelo governo ao Congresso Nacional, a CNI alertou a sociedade sobre os prejuízos que a adoção da norma traria ao país e liderou a articulação empresarial para evitar a adesão do país à Convenção 158. A proposta do governo foi rejeitada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

A indústria também participa do processo de negociação, no Ministério do Trabalho e Emprego, para regulamentar a terceirização. A ausência de regras para esse tipo de contrato cria problemas para as empresas, especialmente no que se refere à impossibilidade de terceirização de atividade-fim – tema prioritário para a indústria brasileira. O objetivo da legislação específica sobre o tema é garantir a segurança jurídica para as empresas e a proteção dos trabalhadores. Ao enfatizar a importância da mobilização e da articulação empresarial sobre o tema, a CNI estimulou as bases a participarem da consulta pública da proposta apresentada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A indústria defende a possibilidade de terceirizar qualquer atividade especializada, o estabelecimento da responsabilidade subsidiária pelo contratante e a racionalidade do monitoramento, pelos contratantes, do cumprimento das obrigações trabalhistas. A CNI está preparada para discutir a minuta do anteprojeto de lei que será encaminhado à Casa Civil.

A CNI participou dos debates no Congresso Nacional sobre a redução da jornada de trabalho. Na avaliação da indústria, a mudança na jornada deve ser resultado de acordo ou convenção coletiva que observe as especificidades do setor de atividades e da região geográfica das empresas. A instituição de uma regra nacional atingirá a competitividade das empresas e, conseqüentemente, diminuirá a oferta de empregos. A criação de empregos depende da desoneração do custo do trabalho e do crescimento econômico.

Junto com representantes das demais confederações empresariais, a CNI discutiu as propostas das centrais sindicais de alterações nas atuais regras de concessão da aposentadoria especial em análise pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Os empresários defenderam que a concessão de aposentadoria especial deve estar vinculada à comprovação da efetiva exposição do trabalhador aos agentes nocivos à saúde, conforme a legislação em vigor.

As negociações entre a CNI e o Ministério da Previdência e Assistência Social resultaram no adiamento, para 2010, do prazo de vigência das mudanças no Fator Acidentário de Prevenção. O FAP permite aumento ou diminuição da alíquota de 1% a 3% que cada empresa recolhe de seguro de acidente do trabalho. Com o FAP, tais alíquotas poderão ser reduzidas em até 50% e aumentadas em 100%, passando a variar entre 0,5% a 6%, a depender da situação da empresa quanto à incidência de afastamentos por doenças ocupacionais e acidentes. Para acompanhar o debate sobre o tema e definir estratégias de ação, a CNI criou a Rede SST/CNI-SESI.

A CNI também participa do Grupo de Trabalho Tripartite, do Ministério do Trabalho e Emprego, criado para assessorar o Comitê Executivo Interministerial para a promoção da Agenda de Trabalho Decente, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho. Nesse grupo, a CNI agiu com as demais confederações de empregadores para ampliar a discussão da proposta governamental e evitou que a aprovação da Agenda de Trabalho Decente ocorresse sem a análise profunda que os temas dessa pauta requerem. A CNI integra

ainda a Comissão Tripartite de Igualdade de Tratamento e Oportunidades de Gênero e Raça no Trabalho e a Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil, além de participar dos estudos preliminares sobre Trabalho Decente e Juventude da OIT. A instituição defende que diversas ações afirmativas já são promovidas pelo setor empresarial e que não cabe aumentar ainda mais esse marco regulatório. Recentemente, a CNI liderou os empregadores na 97ª Conferência Anual da OIT, em que se discutiram definições e regras para o trabalho decente.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A indústria participou dos debates com o Ministério do Trabalho e Emprego sobre o financiamento das organizações sindicais. A ideia era definir uma base de cálculo fundada na negociação coletiva para garantir mecanismos definitivos de sustentação financeira da organização sindical patronal.

Estudos jurídicos encomendados pela CNI apontaram que a proposta em discussão era inconstitucional, em face a necessidade de lei para instituir fato gerador e base de cálculo. A discussão sobre a cobrança compulsória da contribuição negocial cogitada pelo governo foi descartada. A CNI também defende uma reforma sindical, que ande junto com a reforma trabalhista e fortaleça o sistema de representação das empresas e dos trabalhadores.



MEIO AMBIENTE

O DESMATAMENTO É RESPONSÁVEL POR 75%
DAS EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA NO BRASIL.
POR ISSO, A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PARA O COMBATE AO AQUECIMENTO GLOBAL DEVE
CONSIDERAR AS RESPONSABILIDADES DOS DIVERSOS
SETORES SOBRE AS EMISSÕES

Os desafios impostos pela mudança do clima, a construção de políticas públicas e estratégias empresariais que combinem a preservação dos recursos naturais com crescimento econômico estiveram no centro dos debates e das ações da CNI. Com o apoio do Conselho Temático de Meio Ambiente, a instituição ampliou a participação da indústria nos fóruns nacionais e internacionais que avaliam a questão do aquecimento global.

Ao longo de 2008, a CNI liderou o debate e, com base nas ações e sugestões de diversos setores empresariais, elaborou a proposta da indústria para o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, lançado em 1º de dezembro pelo governo. No documento apresentado ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, a CNI assume o compromisso com iniciativas de sensibilização das empresas e a capacitação dos empresários em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Também se compromete com a disseminação de ações voltadas à eficiência energética e ao aproveitamento das oportunidades econômicas que se abrirão com a redução das emissões de carbono. Além disso, criará um ciclo permanente de debates sobre as políticas ambientais internas e externas.

O documento da indústria destaca que as energias renováveis têm uma participação de 45% na matriz energética brasileira, muito superior aos 14% registrados no resto do mundo e mais do que o dobro da meta de 20% estabelecida pela União Europeia para 2020. Lembra ainda que, no Brasil, 75% das emissões de gases do efeito estufa são produzidas pelo desmatamento. Desse total, 60% das emissões se referem ao desmatamento da Amazônia. Portanto, a definição de políticas públicas para o combate ao aquecimento global deve partir de uma rigorosa avaliação das responsabilidades sobre as emissões de carbono.

A CNI também acompanha as negociações e participa de fóruns de debates internacionais que tratam da mudança do clima, a exemplo da 14ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP 14), em Poznan, na Polônia.

Em Poznań, a CNI buscou oportunidades de trocas de tecnologia com baixa intensidade de emissões. O intercâmbio de ideias e tecnologias para produção mais limpa foi o objetivo da missão empresarial organizada pela CNI para a Pollutec 2008, feira ambiental realizada de 30 de novembro a 6 de dezembro do ano passado, em Lyon, na França.

A indústria também apresentou propostas para a definição da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, projeto que está em tramitação no Congresso Nacional. Na avaliação da CNI, a definição do princípio da responsabilidade compartilhada e a definição das atribuições dos setores público e privado e dos consumidores na gestão dos resíduos sólidos são decisiva para a efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos. As sugestões dos industriais incluem a criação de incentivos para a redução e o reaproveitamento dos resíduos, estímulos ao uso de tecnologias limpas e à educação ambiental.

Outra contribuição da CNI para o combate ao aquecimento global são os cursos de capacitação em mudanças climáticas e projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Os cursos, destinados a diretores, gerentes, coordenadores e técnicos da indústria, avaliam a mudança do clima e os acordos internacionais, o trâmite e institucionalidade dos projetos, oportunidades de negócios, atratividade e projetos de MDL por setor e atividade produtiva, entre outros temas. Em 2008, foram realizados sete cursos, que qualificaram 153 pessoas em sete estados – Goiás, Paraná, Minas Gerais, Rondônia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará.

Legislação

Ao longo de 2008, a CNI também reafirmou a necessidade de o país estabelecer regras claras para a compensação ambiental. A indústria sugere, entre outros pontos, que o valor máximo cobrado a título de compensação ambiental seja equivalente a 0,5% do investimento total do empreendimento e que seja aplicado somente em obras novas. Defende ainda que o pagamento da compensação seja feito somente depois da emissão da licença de operação e que haja transparência na aplicação dos recursos.

Outro pleito da indústria é a definição de competências entre os entes da União, dos Estados e do Distrito Federal e de regras claras para o licenciamento ambiental. Isso eliminaria as possibilidades de conflito, aceleraria o processo de licenciamento e reduziria as incertezas na realização dos investimentos. A questão do licenciamento ambiental está sendo tratada em reuniões com representante do Ministério do Meio Ambiente e da Casa Civil.

AÇÕES PARA O COMBATE AO AQUECIMENTO GLOBAL

O trabalho da CNI sobre a mudança do clima se concentrará em sete áreas:

1. Preparação de estudos e diagnósticos – avaliação da matriz energética, potencial de eficiência energética e análises de impacto sobre o crescimento.
2. Sensibilização de empresas – o conhecimento sobre o aquecimento global é elevado no país, mas não faz parte das estratégias das empresas. Há ainda um baixo entendimento dos impactos, riscos e oportunidades da redução das emissões dos gases do efeito estufa.
3. Alinhamento de posições – a CNI criou um mecanismo de consulta e discussão sobre mudanças climáticas com os vários setores da indústria. O objetivo é criar um fórum para discussão de políticas domésticas e internacionais neste tema.
4. Difusão do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – cursos de capacitação em projetos de MDL nas 27 federações de indústria, divulgação dos projetos brasileiros e participação em eventos internacionais para estimular o comércio de certificados de emissões reduzidas de empresas brasileiras.
5. Participação no processo de formulação de políticas – representação em fóruns nacionais e internacionais, assegurando a inserção da visão e interesses da indústria brasileira nesta temática.
6. Busca da eficiência energética – a CNI, com o apoio da Eletrobrás, está desenvolvendo um amplo trabalho voltado ao aumento da eficiência energética na indústria brasileira. A iniciativa envolve a formação de núcleos de eficiência energética, *benchmarking* de processos e produtos, levantamento de 226 casos de sucesso e proposições de aperfeiçoamentos no marco legal.
7. Desenvolvimento de oportunidades econômicas – a transição para uma economia de uso menos intensivo na emissão de carbono abre oportunidades para a indústria brasileira. O Brasil deve estar preparado para aproveitar essas oportunidades em razão da maior competitividade dos setores exportadores que usam energia elétrica e dos custos que podem ser inferiores aos dos competidores e às oportunidades do desenvolvimento de uma indústria do complexo da energia limpa. O país também pode aproveitar o potencial associado a quatro áreas: créditos de carbono, eficiência energética, tecnologias e novas fontes de energia limpa (etanol, biodiesel, bioeletricidade e eólica).

Matriz Energética e Emissão de Gases de Efeito Estufa – Fatos sobre o Brasil

O estudo *Matriz energética e emissão de gases de efeito estufa – Fatos sobre o Brasil* é uma contribuição da CNI ao debate da questão da mudança do clima. A publicação mostra que a matriz energética brasileira é formada, predominantemente, por fontes renováveis, em que se destacam a hidroeletricidade e a biomassa, extraída da cana-de-açúcar e de florestas plantadas. “Em termos de produção de energia, a matriz energética brasileira confere ao país uma posição de destaque se comparado às nações mais desenvolvidas devido aos recursos naturais e ao amplo uso de etanol para o transporte em veículos leves”, destaca o estudo.



COMÉRCIO EXTERIOR

AMPLIAR A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA E AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO EXTERIOR É UM DOS REQUISITOS PARA O CRESCIMENTO SUSTENTADO

O aumento da participação do Brasil no comércio internacional é um dos fatores indispensáveis ao crescimento econômico. Por isso, está entre as prioridades da indústria. Em 2008, a CNI, respaldada pela atuação do Conselho Temático de Integração Internacional, da Coalizão Empresarial Brasileira e de parcerias com as congêneres de outros países, preparou estudos e propostas para subsidiar as negociações de acordos comerciais do Brasil com outros países ou blocos econômicos.

Em 2008, a CNI fez simulações, debateu com suas bases e apresentou subsídios ao governo sobre os impactos e as possibilidades de concessões da indústria para a abertura comercial prevista pela Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). A indústria brasileira defende a retomada das negociações multilaterais e apoiou o documento conhecido como Pacote Lamy, divulgado em julho de 2008, que incorporou a metodologia básica de negociações de produtos agrícolas e industriais.

Com o insucesso das negociações multilaterais, a indústria defendeu a assinatura de acordos que ampliassem o acesso a mercados para as exportações brasileiras. Nesse sentido, a CNI concentrou seu trabalho na ampliação do acordo comercial que o Brasil mantém com o México e no estreitamento das relações com os Estados Unidos. Uma missão técnica liderada pela CNI visitou o México para estabelecer contatos com representantes do governo e do setor privado.

Como resultado, a Coalizão Empresarial Brasileira enviou ao governo brasileiro e ao setor privado mexicano uma proposta de Acordo de Complementação Econômica nº 53, de Segunda Geração. As gestões da CNI sobre esse tema continuam.

Coordenadora da seção brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu), a CNI apresentou o documento "Um novo tempo nas relações Brasil-Estados Unidos: como progredir". O estudo identificou os pontos de conflito nas relações entre os dois países e ofereceu sugestões para melhorar e intensificar as relações, além de indicar temas prioritários e ferramentas para se alcançar os objetivos. Na agenda apontada pelo Cebeu e pela CNI estão o comércio bilateral e o investimento, a bioenergia e a segurança energética, a cooperação para aumentar o multilateralismo comercial, o desenvolvimento econômico sustentável e as mudanças climáticas.

A CNI e o Cebeu também mostraram às autoridades norte-americanas os avanços do Brasil na área da propriedade intelectual. O objetivo era evitar que o país fosse rebaixado à lista de países que oferecem proteção inadequada à propriedade intelectual. Ao manter o Brasil na categoria de países em observação (*Watch List*), ao lado de Itália, Canadá, México, Colômbia, Bolívia, Hungria e outros, os Estados Unidos reconheceram que a política brasileira de proteção à propriedade intelectual evoluiu. O resultado evita sanções comerciais unilaterais dos Estados Unidos e a exclusão das exportações brasileiras do amparo do Sistema Geral de Preferências (SGP).

Promoção Comercial

A CNI apoia a inserção internacional da indústria brasileira com oferta de serviços, programas e parcerias que incentivam as exportações e a conquista do mercado externo. O trabalho de promoção comercial é desenvolvido pelos Centros Internacionais de Negócios (CIN). Vinculados às Federações de Indústrias dos Estados e do Distrito Federal, os 27 centros formam a Rede CIN, que tem serviços de consultoria, capacitação empresarial e informações voltadas especialmente para pequenas e médias empresas.

Em 2008, a CNI investiu em um sistema informatizado para emissão de certificado de origem digital. Com o serviço, que começou a funcionar em 2009 nos estados

de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Amazonas, o tempo necessário para o processo de emissão e autenticação dos certificados de origem foi reduzido de uma média de dois dias para 30 minutos.

A Rede CIN também organiza missões empresariais prospectivas às principais feiras setoriais do mundo, que facilita o acesso dos empresários brasileiros às novas tecnologias, às tendências de produção e consumo e os aproxima das empresas estrangeiras. A iniciativa integra o Programa Ações Integradas de Promoção Comercial no Exterior e, em 2008, foram realizadas sete missões comerciais prospectivas.

As missões, que contaram com a participação de 241

empresas e instituições, visitaram eventos como a Canton Fair, feira multisetorial realizada na China, a The Big 5, da construção civil, que ocorre em Dubai, e a Foodex, de alimentos, no Japão.

Para complementar os serviços de apoio à internacionalização das empresas, a CNI e a Agência Brasileira de Promoção às Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) assinaram convênios para a implantação de Unidades de Atendimento da Apex nos Centros Internacionais de Negócios. O projeto facilitará o acesso das empresas aos produtos e serviços da Apex-Brasil. Além disso, as duas instituições desenvolverão atividades específicas de promoção comercial, acesso a mercado externo e à inteligência comercial. Na primeira etapa do projeto foram implantadas Unidades de Atendimento Apex nos estados do Ceará, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 2009, outros estados receberão as unidades da Apex-Brasil.

Em parceria com a consultoria Aduaneiras, a CNI mantém o Programa de Capacitação Empresarial e de Fomento à Cultura Exportadora. Em 2008, foram realizados 211

A REDE CIN, QUE
PROMOVE A
INTERNACIONALIZAÇÃO
DAS EMPRESAS
BRASILEIRAS, FEZ
129.085 ATENDIMENTOS
EM 2008

treinamentos, que tiveram a participação de 3.946 pessoas. Foram, ao todo, 21 cursos, que beneficiaram pequenas e médias empresas dos 26 estados e do Distrito Federal. A CNI também oferece serviços na área de inteligência comercial, como o Catálogo de Exportadores Brasileiros.

ACORDOS COM CONGÊNERES ESTRANGEIRAS

A CNI mantém acordos com congêneres estrangeiras que permitem a troca de experiências e informações sobre as potencialidades de negócios e intercâmbio de tecnologias nos diversos mercados. Isso possibilita a formação de parcerias institucionais que permitam a melhoria do ambiente de negócios para as empresas brasileiras e promovam a imagem do Brasil no exterior.

Exemplo disso foi o encontro promovido pela CNI em parceria com a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) e o Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior, Investimentos e Tecnologia (Comce). No evento, realizado em 19 de junho, em São Paulo, os empresários brasileiros conheceram as oportunidades de investimentos no setor de infraestrutura mexicano.

Semelhante ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Brasil, o plano de investimentos em infraestrutura do México prevê investimentos equivalentes a R\$ 66 bilhões por ano até 2012, ou R\$ 330 bilhões ao longo de cinco anos, em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia elétrica, petróleo e gás, saneamento, irrigação e telecomunicações.

Em 1º de setembro, também em São Paulo, a CNI realizou a 8ª Reunião Conjunta do Comitê Empresarial Brasil-Taiwan. No encontro, empresários brasileiros e taiwaneses avaliaram oportunidades de negócios, investimentos e parcerias comerciais e tecnológicas, especialmente nas áreas de bens de capital, plásticos e energia renovável.

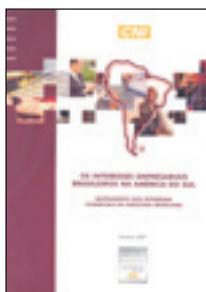
A infraestrutura foi o principal tema da Cúpula Índia, Brasil, África do Sul (IBAS), realizada de 13 a 15 de outubro de 2008, em Nova Délhi, na Índia. Estudo apresentado pela CNI durante a reunião mostrou que os três países devem investir em infraestrutura de transportes, principalmente na portuária, para garantir o cumprimento da meta de aumentar o comércio intrabloco para US\$ 15 bilhões em 2010. O estudo também faz algumas recomendações para melhorar o transporte aéreo entre Brasil, África do Sul e Índia.

A CNI também organizou o 2º Encontro Empresarial Brasil-União Europeia. Realizado em 22 de dezembro, no Rio de Janeiro, o evento teve a participação dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, e Nicolas Sarkozy, da França. Os empresários debateram estratégias para enfrentar os desafios da crise e as oportunidades de retomada do crescimento.

Em parceria com sua congênere britânica, a Confederação Britânica de Indústria (CBI), e a Embaixada do Reino Unido, a CNI realizou em 15 de abril de 2008, em Brasília, o evento Melhorando o Ambiente de Negócios no Brasil. No encontro, foram apresentados os resultados de estudos comparativos nas áreas trabalhista e tributária.

Por meio do convênio firmado entre a CNI, o Governo britânico e a CBI, técnicos brasileiros estiveram na Inglaterra para avaliar a legislação do Reino Unido, e também da União Europeia, nessas duas áreas, como forma de contribuir para o debate da reforma tributária e para o aprimoramento das relações trabalhistas brasileiras. A questão de mudanças climáticas também foi objeto desse convênio.

Durante o evento foram apresentados resultados preliminares de uma sondagem especial com empresas associadas à British Chamber Brasil, a câmara britânica de comércio no Brasil, sobre o ambiente de negócios no país; um estudo comparativo sobre as relações trabalhistas no Brasil e no Reino Unido; o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) da União Europeia; a experiência britânica sobre a relação entre o fisco e os contribuintes; e os procedimentos de construção, aprovação e implementação do orçamento do governo do Reino Unido.



China e América do Sul

A CNI lançou em 2008 duas publicações que contêm informações sobre os mercados, as relações comerciais e as oportunidades de negócios entre o Brasil a China e a América do Sul. Com periodicidade trimestral, o *Observatório Brasil-China* avalia as exportações e as importações dos dois países, as regras e as medidas de defesa comercial bilaterais e outros temas. O estudo *Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul* dá um panorama sobre as exportações, os investimentos e as oportunidades de negócios nos países da região. Também apresenta as principais normas que regem as relações comerciais na América do Sul.

Em 2008, a CNI também lançou o informativo *Integração Internacional*, que traz informações sobre comércio internacional, as ações da indústria nessa área, avaliações e dados sistematizados sobre a conjuntura e as tendências do comércio exterior brasileiro.

Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas – Parceria com a União Européia

A CNI aprovou projeto voltado à internacionalização de pequenas e médias empresas dos países do Mercosul, Chile e Venezuela, no âmbito do Programa AL-Invest, financiado pela Comissão Europeia. Além da CNI, participam do projeto entidades empresariais da Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A subvenção europeia atinge 15 milhões de euros para desenvolvimento de atividades de 2009 a 2012.

Como gestora do Programa, a CNI atua como líder das entidades empresariais latino-americanas participantes do programa. Com isso, estimulará a internacionalização das empresas brasileiras, fortalecerá a liderança do Brasil no desenvolvimento industrial da América do Sul e estreitará o relacionamento com as congêneres empresariais na América Latina e na Europa.



DESBUROCRATIZAÇÃO

PROJETO CORTE À BUROCRACIA LEVARÁ AO GOVERNO SUGESTÕES DE ATOS NORMATIVOS PARA COMBATER O EXCESSO DE NORMAS E REGULAMENTOS QUE ATRAPALHAM OS NEGÓCIOS NO PAÍS

A criação de um ambiente mais favorável aos negócios é uma das prioridades da CNI. Entre as ações desenvolvidas em 2008 para facilitar o dia a dia das empresas está o projeto Corte a Burocracia. O projeto recolhe sugestões de empresários e executivos, que têm uma avaliação mais precisa dos entraves burocráticos aos negócios.

As propostas dos empresários são avaliadas, caso a caso, pela equipe técnica da CNI. Com base nessa avaliação, a Superintendência Jurídica elabora propostas de atos normativos que serão encaminhadas ao governo e que contêm soluções concretas para combater o excesso de normas e regulamentos no país. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República coordenará os diversos órgãos do governo na avaliação das propostas da indústria.

Entre as sugestões recebidas dos empresários, está a diminuição do número de procedimento, prazos e instâncias de aprovação de licenças, registros, certidões e outros documentos. Lançado em julho de 2008, o projeto é um desdobramento do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015. De acordo com o Mapa, o excesso de regulamentação e de exigências burocráticas inibe os investimentos, reduz a produtividade, desestimula novos empreendimentos e incentiva a informalidade.



EDUCAÇÃO

ADEQUAR O SISTEMA EDUCACIONAL ÀS EXIGÊNCIAS DA ERA DO CONHECIMENTO É DECISIVO PARA GARANTIR A INOVAÇÃO E A EXPANSÃO DAS EMPRESAS E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 aponta a educação como um dos pilares do crescimento econômico e sugere que, em 2015, os estudantes brasileiros atinjam a nota 486 nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que avalia os estudantes de 15 anos. Pesquisas feitas pela CNI mostram que a falta de recursos humanos especializados que representa um obstáculo à expansão das empresas. Por isso, a indústria participa da mobilização para que o Brasil promova uma revolução na educação.

Em 2008, uma das contribuições da CNI para a construção de um sistema educacional de qualidade no país foi a criação do Conselho Temático de Educação. O novo órgão de consulta da diretoria da instituição é formado por 24 pessoas de projeção nacional que prestam relevantes serviços à educação. O Conselho estimula os debates sobre o tema, promove estudos e recomenda ações para melhorar a qualidade da educação. Com isso, a ação se consolidará como um importante fórum de debates e ideias voltados ao futuro do país.

O programa Educação para a Nova Indústria, lançado pela CNI em 2007 e que é operacionalizado pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), contribuiu para aumentar a oferta de oportunidades de educação básica e profissional no país. Atendendo às metas do programa, entre 2007 e 2008, o SENAI recebeu mais de 808 mil matrículas em cursos que tratam de empreendedorismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, gestão ambiental e segurança no trabalho. Também recebeu mais 116 mil matrículas em cursos de educação a distância, superando a meta de 100 mil matrículas fixada para 2010.

Para promover a inclusão digital, o SENAI implantou cinco espaços digitais, entregou mais de 6 mil *notebooks* aos educadores e realizou mais 320 mil matrículas em cursos de tecnologia da informação. Ainda dentro do programa, o SESI recebeu, no ano passado, 2,8 milhões de matrículas em cursos de educação básica e continuada. O programa contribuiu para elevação da escolaridade de 295 mil trabalhadores e para a ampliação da permanência de 19.684 alunos no ambiente escolar. O Programa Educação para a Nova Indústria investirá, entre 2007 e 2010, R\$ 10,5 bilhões na formação básica e profissional de 16,2 milhões de brasileiros.

A CNI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI) firmaram acordo com o Ministério da Educação (MEC) para ampliar gradativamente a gratuidade das vagas de educação básica e profissional. Até 2014, o SENAI terá que destinar dois terços da receita líquida da contribuição compulsória para a oferta de vagas gratuitas de cursos de formação para estudantes de baixa renda e trabalhadores, empregados ou não. O SESI terá que destinar um terço dos recursos a partir de 2014. Além disso, a carga horária dos cursos de formação inicial passou a ser de no mínimo 160 horas.

Em contrapartida, o MEC investirá R\$ 750 milhões na construção de 150 escolas técnicas no Brasil. A meta é chegar, em 2010, a 354 escolas técnicas e cerca de 500 mil matrículas nas instituições federais de educação profissional. O acordo amplia as possibilidades de coordenação entre o governo e as entidades empresariais que atuam na educação profissional e tecnológica no Brasil.

Em 2008, a CNI também aderiu ao Movimento Todos pela Educação, uma mobilização nacional, cujo objetivo é ajudar o país a garantir educação de qualidade para todos os brasileiros. A atuação do movimento inclui o monitoramento da educação a partir de cinco metas. Entre as metas que devem ser cumpridas até 2022, o Movimento pretende que todas as crianças de 7 a 14 anos devem estar na escola e todos os jovens devem ter concluído a educação média até os 19 anos de idade.

O PROGRAMA
EDUCAÇÃO
PARA A NOVA INDÚSTRIA
INVESTIRÁ, ATÉ 2010,
R\$ 10,5 BILHÕES NA
EDUCAÇÃO BÁSICA E
PROFISSIONAL
DE 16,2 MILHÕES DE
BRASILEIROS



MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS

PARCERIA ENTRE A CNI E O SEBRAE FINANCIA PROJETOS QUE VISAM À QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO, DOS PROCESSOS, DA PRODUÇÃO E PROMOVEM A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

A CNI ajuda a financiar o desenvolvimento das pequenas indústrias. Até o final de 2009, o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi) investirá R\$ 22,1 milhões em 92 projetos que estimulem o crescimento de 2.300 empresas de 26 estados e do Distrito Federal. Entre os projetos, 56 começaram a ser implementados em fevereiro de 2007 e receberão investimentos de R\$ 13,8 milhões. Outros 36 foram iniciados em junho de 2008 e terão recursos de R\$ 8,24 milhões.

Desde que foi criado, em 2000, o Procompi, resultado de uma parceria da CNI com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), financiou 150 projetos que beneficiaram 2.500 empresas espalhadas pelo país.

Em 2008, empresas dos estados de Alagoas, Mato Grosso do Sul, Pará e Rondônia aderiram ao programa, que visa ao aumento da competitividade das indústrias organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) – conglomerados de empresas de um mesmo setor que atuam na mesma região geográfica, competindo e concorrendo entre si. Com isso, a CNI e o SEBRAE estimulam o desenvolvimento das cadeias produtivas, promovendo a inovação e a geração de emprego e renda nas diversas regiões do país.

As ações do Procompi promovem a articulação das empresas com federações de indústrias e unidades

regionais do SEBRAE, parcerias com sindicatos empresariais, governos e organismos de financiamento. O programa oferece consultoria para a definição do planejamento estratégico das cadeias produtivas, com diagnóstico e identificação de ações prioritárias e projetos de médio e longo prazo. Organiza programas de capacitação empresarial nas áreas de gestão da qualidade, do meio ambiente, de custos e de absorção de novas tecnologias, entre outros serviços.

O programa também apoia a inserção de produtos nos mercados nacional e internacional, financiando a participação em feiras, o registro de marcas, a busca de certificação de qualidade e os investimentos em *design*. As ações preveem ainda o desenvolvimento de líderes e a disseminação da cultura de cooperação.

O PROCOMPI APLICARÁ
R\$ 22,1 MILHÕES
EM PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO
QUE BENEFICIARÃO
2.300 EMPRESAS

Legislação

A CNI e o Conselho Temático da Microempresa acompanham e sugerem aperfeiçoamentos na regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. A indústria também participa do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, grupo criado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), cuja tarefa é contribuir com a formulação de uma política nacional de desenvolvimento dos pequenos empreendimentos.

Com objetivo de melhorar o fluxo de caixa das pequenas empresas, que enfrentam problemas de liquidez com a crise internacional, a CNI propôs a ampliação do prazo de recolhimento do Simples

Nacional para o último dia útil do mês subsequente ao de ocorrência de fatos geradores. O governo ampliou os prazos para os fatos geradores de dezembro de 2008 e janeiro de 2009.

Em outra ação, a indústria apoiou o 2º Workshop: Simplificação da Abertura de Empresas e Negócios, promovido pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). No evento, realizado entre 19 e 21 de agosto, em Brasília, os participantes debateram a Lei Geral e a legislação que criou a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).



AÇÕES NO JUDICIÁRIO

CNI TEM LEGITIMIDADE PARA QUESTIONAR A CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS E ATOS NORMATIVOS FEDERAIS E ESTADUAIS

A CNI tem legitimidade, conferida pela Constituição Federal, para propor ações judiciais perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Uma delas é a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). (Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela indústria, julgada parcialmente procedente, questiona os dispositivos da Lei nº 9.985/2000. O texto original da lei obriga o empreendedor a apoiar a implantação e a manutenção de unidade de conservação por meio do pagamento de, no mínimo, 0,5% dos custos totais previstos para a implantação da atividade econômica, que causasse grande impacto sobre o meio ambiente. A ação foi julgada em junho de 2008 e o STF retirou o percentual mínimo para a compensação e determinou que o cálculo não incida sobre o valor total do empreendimento. A CNI apresentou embargos de declaração para que essa decisão do tribunal seja válida apenas para novos empreendimentos, não sendo retroativa aos investimentos já feitos, de modo a garantir maior segurança jurídica aos investidores.

A indústria obteve liminar suspendendo a aplicação da Súmula nº 228 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na parte que prevê a utilização do salário – base em substituição ao salário mínimo para o cálculo do adicional de insalubridade. Com isso, as empresas continuarão a calcular o adicional tendo como base o salário mínimo até que a lei venha estabelecer nova metodologia.

A CNI questionou os dispositivos da Lei nº 8.870/1994 que exigiam que as ações judiciais – inclusive cautelares, tendo por objeto a discussão de débito com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – deveriam, obrigatoriamente, ser precedidas do depósito preparatório no valor do mesmo débito, corrigido até a data de efetivação. Tais determinações foram declaradas inconstitucionais. Com isso, as empresas não precisam mais fazer o depósito prévio do valor do débito para ingressar em juízo contra o INSS.

O STF também declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei nº 7.711/1988 que exigiam a quitação de débito fiscal federal dos contribuintes para a prática

de determinados atos. As empresas ficam desobrigadas de recolher previamente os tributos para, no cotidiano civil e empresarial, fazer registro ou arquivamento de contrato social, alteração contratual e distrato social perante o registro público competente, entre outros atos.

Outra vitória da indústria foi a declaração de inconstitucionalidade do dispositivo do Decreto nº 70.235/1972 que condicionava a interposição de recurso voluntário no âmbito do Conselho de Contribuintes ao arrolamento de bens e direitos de valor equivalente a 30% da exigência fiscal. Assim, as empresas não precisam mais fazer o depósito recursal equivalente a 30% do débito para recorrer administrativamente.

Também foi concedida liminar suspendendo a eficácia da Lei nº 6.780/2001 que proibia o plantio de eucalipto para fins de produção de celulose. A medida permitiu às empresas retomarem suas atividades de plantio de eucalipto. Recentemente, o estado do Espírito Santo revogou a referida lei, acabando com a proibição.

A CNI contesta no STF o registro sindical e as alterações estatutárias das entidades sindicais feitas por edição de portaria do Ministério do Trabalho e Emprego. Por considerar que o novo sistema representa uma tentativa de "reforma sindical por portaria", a CNI propôs negociações com o MTE para a revogação da medida. Diante da impossibilidade de avanço, ajuizou, em conjunto com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4126, que aguarda julgamento.

A CNI atuou no Supremo Tribunal Federal pelo arquivamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 18, que definirá sobre a inclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A instituição acredita que a ADC 18 é uma tentativa de suspender o julgamento do Recurso Extraordinário nº 240785, que retira o ICMS da base de cálculo da Cofins.



ASSOCIATIVISMO

PROGRAMA DA CNI BUSCA A MODERNIZAÇÃO DOS SINDICATOS INDUSTRIAIS E O FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS PARA AMPLIAR A REPRESENTATIVIDADE DO SETOR E GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA SINDICAL

A indústria está fortalecendo sua base de representação com o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA). Lançado em 2007, o programa da CNI começou a ser implantado em 2008, a partir do planejamento de dez projetos, construídos com base em práticas bem-sucedidas e contribuições das federações industriais. Os dez projetos iniciais do PDA visam à capacitação dos líderes sindicais e à melhoria do planejamento e da gestão dos sindicatos. Também buscam o aumento da eficiência da comunicação com os associados e o fortalecimento das empresas.

Oitocentos presidentes e executivos de sindicatos industriais de 25 estados frequentaram os cursos do projeto Capacitação de Lideranças Empresariais Sindicais. Os treinamentos detalharam o papel dos líderes, o funcionamento do sistema de representatividade da indústria, o processo de defesa de interesses e os fundamentos da gestão estratégica, da comunicação e do marketing. Além disso, foram distribuídas 2.782 cartilhas aos sindicatos e empresas ligadas a 20 federações.

Outro projeto do PDA, o Planejamento Estratégico dos Sindicatos orienta a definição da missão, dos objetivos, dos indicadores e das metas nas organizações. Em 2008, esse projeto teve a adesão de 377 sindicatos.

O PDA também oferece o Sistema Integrado de Gestão da Arrecadação (Siga), uma ferramenta com acesso pela internet, que facilita a atualização de dados, a inclusão de associados, a emissão de guias e a cobrança das contribuições sindicais. O sistema, que melhora a gestão financeira, contribui para o aumento da receita dos sindicatos.

Ainda dentro da meta de modernização do planejamento e da gestão, há o projeto Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação, em que a CNI dá apoio financeiro para os sindicatos comprarem computadores e softwares. Em 2008, o projeto beneficiou sindicatos associados a 17 federações de indústrias. Os recursos liberados pela CNI ajudaram a financiar a compra de 278 computadores.

Para apoiar as ações de marketing associativo, o PDA disponibiliza o serviço de construção de sites para sindicatos. Os canais de comunicação via internet reúnem informações, ferramentas e conteúdos indispensáveis para o relacionamento dos sindicatos com os associados e para as atividades de defesa de interesse. Até agora foram criados 440 sites para sindicatos vinculados a 24 federações de indústrias.

Em 2008, o PDA também deu apoio financeiro a 13 iniciativas inovadoras desenvolvidas por sete federações. Esses projetos, que envolvem ações para reformulação de estruturas administrativas, aumento da oferta de serviços, planejamento e melhoria da gestão e marketing, foram idealizados a partir da identificação das necessidades dos sindicatos.

O Programa de Desenvolvimento Associativo está sintonizado com o Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, que aponta a necessidade de aperfeiçoamento do sistema de representação empresarial para ampliar a ação do setor produtivo na formulação de políticas públicas que garantam a competitividade das empresas. Em 2009, as ações do PDA serão ampliadas com programas nas áreas de marketing associativo e oferta de serviços.

O PDA EM NÚMEROS

O desempenho dos programas em 2008

- O projeto Capacitação de Lideranças Empresariais Sindicais treinou 800 presidentes e executivos de sindicatos industriais de 25 federações de indústrias e distribuiu 2.782 cartilhas e DVDs de sensibilização
- O Sistema Integrado de Gestão de Arrecadação (Siga) foi implantado em nove federações de indústrias
- O projeto Planejamento Estratégico beneficiou 377 sindicatos de 24 federações de indústrias
- O projeto Infraestrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação ajudou a financiar a compra de 278 computadores para sindicatos vinculados a 17 federações de indústrias
- O projeto Sites dos Sindicatos desenvolveu 440 páginas de internet para sindicatos associados a 24 federações de indústrias
- O PDA deu apoio financeiro a 13 iniciativas inovadoras desenvolvidas por sete federações



70 ANOS EM DEFESA
DA INDÚSTRIA

EM 2008, A CNI COMEMOROU 70 ANOS DE ATIVIDADES, QUE FORAM MARCADOS PELA AÇÃO EM DEFESA DA EXPANSÃO DAS EMPRESAS E O CRESCIMENTO DO BRASIL

A CNI completou, em 2008, 70 anos de atividades na defesa dos interesses da indústria. Em solenidade realizada em 12 de agosto, a CNI homenageou com a Medalha do Mérito Euvaldo Lodi 20 personalidades que contribuíram com o desenvolvimento do país.

A cerimônia, que reuniu cerca de 350 pessoas, contou com a presença do vice-presidente da República, José Alencar, do presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB/RN), além dos ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff; de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; de Minas e Energia, Edison Lobão; dos Transportes, Alfredo Nascimento; da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende; do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias; e da Previdência Social, José Pimentel.

Ainda dentro das comemorações dos 70 anos da CNI, foi lançado um selo personalizado, um carimbo comemorativo e o livro *Produto Nacional – Uma História da Indústria no Brasil*, do jornalista Eduardo Bueno, que conta a trajetória da indústria, desde o descobrimento do Brasil. A entidade desenvolveu também o *hotsite* Vida de Indústria que retrata os principais momentos da indústria e da história do país durante as últimas sete décadas.

Em março, a CNI realizou a Exposição 200 anos de Indústria no Brasil. A mostra, que ocupou uma área de 1.250 metros quadrados do Museu do Automóvel, em Brasília, exibiu 252 peças representativas da história da indústria, como máquinas, roupas, carros, obras de arte, filmes e fotografias, cedidos por colecionadores particulares, museus brasileiros e estrangeiros.

Os homenageados com a Medalha do Mérito Euvaldo Lodi

- Cristovam Buarque, (senador PDT/DF) e ex-ministro da Educação
- Décio da Silva, presidente do Conselho de Administração
- Fernanda Montenegro, atriz
- Jarbas Passarinho, ex-senador e ex-ministro
- Ellen Gracie Northfleet, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)
- Jorge Gerdau Johannpeter, empresário
- José Pastore, professor e consultor
- Luiz Fernando Furlan, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- Norberto Odebrecht, empresário
- Célio de Oliveira Borja, jurista
- Antonio Delfim Netto, ex-ministro
- Antonio Ermírio de Moraes, empresário
- João Havelange, ex-presidente da Federação Internacional de Futebol (Fifa)
- Oscar Niemeyer, arquiteto
- Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, jogador de futebol

In memoriam

- Carlos Chagas, cientista
- Octávio Frias de Oliveira, empresário das comunicações
- Roberto Marinho, empresário das comunicações
- Victor Civita, empresário das comunicações
- Ruth Cardoso, antropóloga

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA*Armando de Queiroz Monteiro Neto***Presidente****GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GABIN***Cid Ferreira Lopes Filho (até ago. 2008)**José Mário Paranhos do Rio Branco (até jan. 2009)**Waldemar José de Carvalho Junior (a partir de jan. 2009)***Chefe de Gabinete****SUPERINTENDÊNCIA CORPORATIVA – SUCORP***Antonio Carlos Brito Maciel***Superintendente****SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO,****ORÇAMENTO E GESTÃO – SUPOG***Carlos Francisco Moniz de Aragão***Superintendente****SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA – SJ***Hélio José Ferreira Rocha***Superintendente****UNIDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – UNICOM***Marcus de Barros Pinto***Gerente-Executivo****UNIDADE CORPORATIVA DE AUDITORIA – AUDIT***Cláudio de Azevedo Lemos***Gerente-Executivo****UNIDADE DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL***Renato Caporali Cordeiro***Gerente-Executivo****DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX***José Augusto Coelho Fernandes***Diretor****DIRETORIA DE OPERAÇÕES – DIOP***Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti***Diretor**

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – DRI

Marco Antonio Reis Guarita

Diretor

UNIDADE DE GESTÃO DE DEFESA DE INTERESSES – GDI

Elizabeth da Silva Marinho

Gerente-Executivo

UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – COAL

Ricardo Mariano Marcondes Ferraz (até 03.02.2009)

Vladson Bahia Menezes (a partir de 03.02.2009)

Gerente-Executivo

UNIDADE DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL – COMPI

Maurício Otávio Mendonça Jorge (até 01.10.2008)

Paulo Mól Júnior (até 01.12.2008)

Augusto Cesar da Silva Juca (a partir de 01.12.2008)

Gerente-Executivo

UNIDADE DE COMÉRCIO EXTERIOR – COMEX

José Frederico Álvares

Gerente-Executivo

UNIDADE DE POLÍTICA ECONÔMICA – PEC

Flavio Pinheiro de Castelo Branco

Gerente-Executivo

UNIDADE DE RELAÇÕES DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO

ASSOCIATIVO – RT

Emerson Casali Almeida

Gerente-Executivo

FEDERAÇÕES FILIADAS**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ACRE – FIEAC***João Francisco Salomão***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA***José Carlos Lyra de Andrade***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO AMAPÁ – FIAP***Telma Lúcia de Azevedo Gurgel***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO AMAZONAS – FIEAM***Antônio Carlos da Silva***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA – FIEB***Victor Fernando Ollero Ventin***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC***Roberto Proença de Macêdo***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL – FIBRA***Antônio Rocha da Silva***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – FINDES***Lucas Izoton Vieira***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS – FIEG***Paulo Afonso Ferreira***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO – FIEMA***Jorge Machado Mendes***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – FIEMT***Mauro Mendes Ferreira***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – FIEMS***Sérgio Marcolino Longen***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FIEMG***Robson Braga de Andrade***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ – FIEPA***Jose Conrado Azevedo Santos***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA – FIEP***Francisco de Assis Benevides Gadelha***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP***Rodrigo Costa da Rocha Loures***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FIEPE***Jorge Wicks Côrte Real***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PIAUÍ – FIEPI***Antônio José de Moraes Souza***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FIERN***Flávio José Cavalcanti de Azevedo***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIERGS***Paulo Gilberto Fernandes Tigre***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN***Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA – FIERO***Denis Roberto Baú***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA – FIER***Rivaldo Fernandes Neves***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FIESC***Alcantaro Corrêa***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FIESP***Paulo Antonio Skaf***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SERGIPE – FIES***Eduardo Prado de Oliveira***Presidente****FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE TOCANTINS – FIETO***Eduardo Machado Silva***Presidente**

